# ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº

1. **04/2021 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E**

# URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ,

1. **REALIZADA VIRTUALMENTE EM 13 DE ABRIL**

# 5 DE 2021.

6

1. Aos 13 (treze) dias do mês de abril de 2021 (dois mil e vinte e um), em primeira
2. convocação às 16h, foi realizada virtualmente a Reunião Plenária Ordinária do
3. CAU/RJ de n. 04/2021, que teve início às 16h05, sob a coordenação do Presidente
4. Pablo Benetti. A Chefe de Gabinete Patricia Cordeiro procedeu ao cumprimento do
5. **item 1.-Verificação de Quórum (mínimo de 14 Conselheiros)** fazendo a chamada
6. dos **Conselheiros Titulares:** Alyne Fernanda Cardoso Reis, Angela Botelho,
7. Cárin Regina D'Ornellas, Davide Siffert Dulcetti, Leila Marques da
8. Silva, Leonam Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Luciana da
9. Silva Mayrink , Luiz Damião Teixeira da Silva , Marcus Pedro Oneto Fiorito, Marta
10. Regina Ribeiro Costa, Pablo Benetti, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Pablo
11. Esteban Vergara Cerda (ausente justificadamente), Paloma Monnerat de Faria, Paulo
12. Oscar Saad (ausente justificadamente), Paulo Niemeyer (ausente justificadamente),
13. Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro, Rogério Goldfeld Cardeman , Rosemary Compans
14. da Silva (ausente justificadamente), Sandra Regina de B.Sayão Ferreira (ausente
15. justificadamente), Simone Feigelson Deutsch, Tanya Argentina Cano Collado,
16. Tayane de Mello Yanez Nogueira, Tereza Cristina dos Reis(ausente
17. justificadamente), Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues, Zander Ribeiro Pereira
18. Filho (ausente justificadamente). **Conselheiros Suplentes substituindo Titulares:**
19. Adriano Arpad**,** Celio Alves, Carlos Augusto Abreu, Bianca Sivolella, Natalia Cidade,
20. William Gomez, Lucinéia Lopes. **Foi anunciado o número de 25** Conselheiros
21. presentes para iniciar a sessão. **Item 2 – Hino Nacional Brasileiro.** Execução do
22. Hino Nacional. **Item. 3. Aprovação da Ata da Reunião n.03 de 09 de março 2021**. O
23. Presidente pediu a projeção na tela da ata que já sofreu as inserções solicitadas pelas
24. Conselheira Leila Marques e Bianca Sivolella e Conselheiro Paulo Saad. Perguntou
25. se haveria mais alguma retificação a ser feita. Não havendo, foi aberta a votação, mas,
26. antes, o Cons. Carlos Abreu pediu a palavra para dizer que vai precisar se retirar
27. antes do término da reunião e que não sabe se é o momento mas queria dizer que na
28. CED aprovou-se por unanimidade o pedido para acompanhar as reuniões do CD, sem
29. direito a voto, e esse pedido não foi apreciado pelo CD; quer ter um esclarecimento,
30. porque viu no Regimento Interno que toda a deliberação de comissão tem que ser
31. acolhida pelo CD. Quer saber por que não houve decisão sobre isso. **Colocada em**

# votação a ata teve 22 votos favoráveis e 3 abstenções. O Presidente Pablo

1. respondeu ao Cons. Carlos Abreu que nenhum CAU/UF tem essa prática; que a
2. opinião dos presidentes dos outros CAU/UF é de que isso esvaziaria a plenária; que
3. além disso, as atribuições do CD estão nos Art.68/75 e que o CD não acolheu a
4. proposta; pensou que tivesse sido comunicado da decisão mas como não foi ele o faz
5. agora; ademais, qualquer conselheiro pode encaminhar ao CD qualquer tema para
6. que seja incluído na pauta; se for vontade do conselheiro esta modificação na
7. operação do CD pode ser indicada e discutida no novo regimento em discussão; que
8. respondeu ao colega em consideração à necessidade de deixar a reunião, embora
9. não sendo ponto de pauta, pediu desculpas pela falha de comunicação. Conselheira
10. Leila Marques pediu a palavra para se manifestar sobre a pauta. **Item 4. Leitura de**
11. **extratos e correspondências recebidas. Não houve. 5. Apresentação da pauta e**
12. **comunicados do Presidente.** Informou sobre a discussão do PL Reviver o Centro,
13. que é PL importante para os arquitetos, traz questões preocupantes, questão
14. sobretudo operação interligada; o próprio PL não tem estudos**;** que o fórum de
15. conselhos, aprovou duas notas contra a privatização das vacinas. Não há
16. correspondências recebidas**. 6. Ordem do dia. 6.1.** Apresentação do Planejamento
17. das Comissões e Discussão sobre o planejamento;**6.2.** Discussão sobre o Regimento
18. Interno;**6.3.** Situação dos processos com a retomada dos prazos processuais
19. suspensos durante a pandemia;**6.4.** Recursos ao plenário:**6.4.1**. Relatora Cárin
20. D´Ornellas- Processo 2017-3-0251 .**6.4.2.** Relatora Conselheira Leila Marques -
21. Processo 2017-4-0379 - (CEP). Após a apresentação da pauta, o presidente passou
22. a palavra à Cons. Leila que pediu esclarecimentos sobre a pauta de hoje, alegando
23. que em fevereiro houve um debate sobre uma carta que foi assinada *ad referendum*
24. *sobre a secretaria de planejamento,* e que desde então tem visto nas redes, outras
25. cartas do CAU: sobre o manifesto da ditadura nunca mais, sobre a demissão do
26. arquiteto Roberto Anderson, sobre o manifesto de entidades sobre a Resolução 74 ,
27. carata aberta sobre Plano Diretor; . Esclareceu que, quanto à sobre a ditadura nunca
28. mais, por ser fato histórico, não faz crítica; mas as outras 3 cartas, elas têm o mesmo
29. teor que a tal carta que foi assinada ad referendum em fevereiro; gostaria de ter
30. esclarecimento porque essas cartas não estão na pauta; que não cobra o mérito das
31. cartas, mas pergunta por que não estão na pauta; o plenário tem que discutir todas as
32. matérias que são importantes. Conselheiro Lucas alega que a questão de ordem tem
33. que estar acompanhada de dispositivo regimental. Neste caso, indicar a necessidade
34. de ser *ad referendum a assinatura de manifestações.* Considera que a gestão tem
35. autonomia para ser signatária de manifestações e pergunta à Conselheira Leila se há
36. dispositivo regimental que sustente a sua manifestação, Conselheira Bianca sugere
37. que se envie por e-mail o que está sendo publicado para que os conselheiros sejam
38. informados; Cons. Leila retomou a palavra para explicar que, na verdade ela fez
39. pergunta ao presidente, não levantou como questão de ordem, mas como questão de
40. pauta ;que ela entende que quem fala em nome do CAU é o Plenário; que não foi
41. assinado pelo presidente e sim estava o nome do CAU/RJ- se é a entidade que está
42. apoiando, tem que passar em discussão pelo Plenário, nem que seja como ato ad
43. referendum. O que não pode são os conselheiros saber dessas posturas através das
44. mídias, sem opinar. Perguntou se as outras cartas de mesmíssimo teor não foram
45. apresentadas para que não haja debate. O Presidente entende que qualquer
46. conselheiro pode encaminhar ao CD as matérias que julga serem necessária para
47. apreciação pela plenária, que este deveria ter sido o procedimento adotado neste
48. caso. Carin pede ao presidente e ao CD que tenhamos um canal de whats para uma
49. comunicação dom o CD; é pedido fácil de atender. Cons. Davide, afirmou que compete
50. do plenário, art.9, apreciar e deliberar as decisões das comissões e CD, matérias etc,
51. que os assuntos não podem ficar por fora da plenária; Tanya, ponderou que
52. precisamos ter em primeiro lugar uma postura proativa em relação ao CAU, e ter em
53. mente que a plenária é uma vez ao mês, e há assuntos que são urgentes que tem
54. que ser resolvidos; se não for assim, quando o assunto chegar à plenária ele já se
55. esgotou; por ex. a questão do ensino à distância, acabou e ela não conseguiu trazer
56. para o plenário, estipular os temas deliberativos que tem que ser trazidos à plenária;
57. O Presidente respondeu à conselheira Leila que, caso ela desejasse, tivesse
58. solicitado como ponto de pauta, respeitando os ritos. Ao que a Conselheira revidou
59. que não se tratava de pedir ponto de pauta e sim de receber uma explicação do motivo
60. da mudança de critério, alijando o Plenário da discussão dos assuntos. O Presidente
61. ponderou que não está se dispensando a plenária, que o desmonte do Brasil é diário,
62. que todos os dias temos pauta para nos manifestar; que a demissão do Roberto
63. Anderson foi causada por um deputado bolsonarista, por perseguição; que surgiu uma
64. janela de oportunidade e que era possível assinar a carta com todas as entidades
65. (foram várias entidades), para defender um colega; em relação a resolução 64 do
66. Ministério de Economia de aprovação simplificada menciona que houve uma
67. articulação nacional e ele a partir dessa articulação, achou por bem propor a
68. suspensão da resolução 64; sobre o plano diretor é reivindicação da CPU que este
69. plano tenha ampla participação democrática, salienta que a diferença que houve entre
70. estas cartas e aquela é que sobre aquela houve uma houve uma divergência na CPU
71. e por isso veio para a plenária; em respeito a opinião de dois colegas que tinham uma
72. posição diferente da aprovada por maioria na CPU, entende que deve se pronunciar
73. todas as vezes que uma liberdade democrática for lesionada; acolhe a sugestão da
74. Conselheira Bianca e daqui para frente assim que sair publicadas as cartas serão
75. enviadas aos conselheiros. **Colocada em votação a pauta: 21 votos favoráveis, 03**
76. **votos contrários e 02 votos e abstenção**. A Conselheira Leila manifestou-se
77. dizendo que enviaria seu voto por escrito. (Nota da SGM- em seguida texto enviado
78. pela Conselheira Leila: “Encaminho justificativa de voto CONTRÁRIO à aprovação da Pauta
79. da plenária em epígrafe, com a devida explanação da ocorrência que me levou a este
80. entendimento: Ao apresentar a Pauta ao Plenário, fiz uma pergunta simples e objetiva ao
81. Presidente da Mesa: - "*Tendo em vista a carta assinada* ***ad referendum****, levada ao Plenário de*
82. *fevereiro para apreciação, qual seria o motivo para que as cartas igualmente assinadas após*
83. *essa data, (*discriminadas abaixo)*, de mesmo teor, não terem recebido o mesmo tratamento; ou*
84. *seja, por que tais cartas não foram trazidas à pauta para a devida homologação do Plenário?"*
85. (conforme estabelecido no inciso XV, Artigo 56 do Regimento Interno). Cartas abertas
86. "assinadas" pelo CAU/RJ, sem anuência do Plenário, logo, *ad referendum*: 1- Posicionamento
87. das Entidades sobre a Demissão do Arquiteto Roberto Anderson; 2- Nota das Entidades e
88. Movimento da Sociedade Civil contra a Resolução CGSIM- 64 do Min. da Economia- sobre
89. licenciamento urbanístico; 3-Carta Aberta sobre a reunião Participativa no Plano Diretor. Em
90. nenhum momento pedi que fosse incluído como novo ponto de pauta, porque não era esse o
91. meu objetivo. Eu queria apenas uma explicação por que as tais cartas assinadas *"ad referendum"*
92. não foram incluídas, pela Presidência, naquela pauta, conforme o feito anterior e conforme
93. rezam os Regimentos. Entendi que ou o Sr. Presidente reconheceria que houve uma falha e
94. pediria para entrar como extrapauta (isso pode acontecer na hora do Plenário), ou esclareceria
95. que as cartas não foram assinadas pelo CAU/RJ, portanto não havia ato *ad referendum* algum.
96. Não consigo imaginar uma terceira alternativa, mas se houver, ainda há tempo de recebê-la.
97. Para minha surpresa, ao invés de me responder cordialmente, respeitando o meu direito de
98. Conselheira de questionar os atos da Presidência na instância adequada, o Sr. Presidente, de
99. forma bastante irritada, deturpa a minha fala, levando a crer que minha dúvida estava causando
100. tumulto na reunião, dizendo *"que seu eu quisesse, eu que encaminhasse o pedido de pauta, de*
101. *acordo com os ritos Regimentais",* quando na verdade não era essa a questão*.* Ou seja, eu
102. pergunto ao Presidente da Mesa por que não foi cumprido determinado rito, e recebo como
103. resposta que se eu quiser, eu que faça aquilo que a própria presidência deveria ter feito! E a
104. simples pergunta que eu fiz, até agora, continua sem a devida explicação. Conforme o exposto,
105. já que não me foi dado qualquer esclarecimento sobre as cartas, nem foi justificado o fato das
106. cartas não terem sido colocadas para aprovação no Plenário, pelo tratamento inadequado ao
107. meu questionamento, por descumprimento grave do Regimento Interno e do Regimento Geral
108. com relação ao uso do ato *ad referendum*, me senti na obrigação de votar contra a Pauta
109. apresentada. Sendo o que me cabe esclarecer no momento. Ass:Leila Marques da Silva.”. **6.1.**

# Apresentação do Planejamento das Comissões e Discussão sobre o

1. **planejamento**. O Presidente pediu que os coordenadores presentes falem do
2. planejamento de suas comissões, em breve relato. Todos os documentos foram
3. previamente enviados aos conselheiros. Manifestaram-se **Coordenadora da CEF,**
4. **Conselheira Tanya Collado**. Como informe do Planejamento da CEF, a conselheira
5. coloca que está em andamento, até por que a agenda tem sido atropelada pelos
6. acontecimentos como as solicitações de Registros Egressos EAD acontecidas em
7. fevereiro, que exigiu uma reunião extraordinária, mas não houve oportunidade de
8. trazer à Plenária, posto que o CAU BR se pronuncio publicamente, e determinou que
9. todo o assunto referente ao Ensino a Distância deve-se remeter à consulta da CEF
10. BR. Apesar de em andamento já foram decididas e estipuladas duas metas. 1-
11. Organizar o debate entorno dos Perfis e Padrões de qualidade da formação
12. profissional. (Com ampla consulta). 2- Analisar o impacto da Pandemias na formação
13. profissional pela implementação de aulas Remotas e Síncronas, experiências e
14. resultados positivos e negativos. Foi colocado que estas metas apesar de modestas
15. são para o período 2021-2022 que pelo adiantado do ano o planejamento deve ser
16. acelerado. Conselheiro Lucas propõe que sejam debatidos temas de cada comissão.
17. Inscrições abertas aos comentários da Coordenadora Tanya. Conselheiro Lucas
18. apresenta uma dúvida sobre a temporalidade do planejamento: a proposta é apenas
19. para o ano de 2021 ou para o triênio? Considera importante a indicação de
20. prioridades. Propõe a associação da CPU com a CEF, referente ao vídeo produzido
21. em 2020 que tinha como público alvo o ensino médio e alunos de início de curso de
22. arquitetura para discutir política urbana, o presidente informa que o CEAU está
23. discutindo um edital de apoio a formação continuada que brevemente vai passar pelas
24. Comissões CEG e CEP para que façam uma avaliação dos cursos que
25. complementam a formação profissional. Cons. Bianca reforça o item 3 do documento
26. sobre inovações; sente falta de debate de assuntos do dia a dia, quando o recém-
27. formado não consegue mexer nos programas, não consegue produzir; é importante
28. dar voz e espaço a esse tema, que é real, pensar em outras coisas, em tecnologias;
29. Cons. Luiz Damião registra que a CPFI não recebeu nenhuma provocação sobre esse
30. planejamento., presidente responde que este tema foi anunciado na plenária anterior,
31. Cons. Abreu ressalta a preocupação sobre a eliminação de professores, redução de
32. quadro que o CAU tem que se manifestar sobre aviltamento da profissão.
33. Coordenadora Tanya concorda com Cons. Carlos porque sempre se demandou isso;
34. embora essas questões sejam da competência exclusiva do MEC; quanto à CPFI, por
35. ora é uma proposta., não se demandou nenhum recurso específico. **Coordenador da**
36. **CEP, Rodrigo Bertamé** falou sobre a precarização da profissão e que a tendência é
37. piorar e ela começa no ensino. CEP criou 4 metas para abordar. Fórum de entidades
38. que existe desde o ano passado, 2 GTs, valorização do exercício profissional e
39. sociedade; oficina de planejamento (conforme documento enviado para os
40. Conselheiros). Cons. Alyne reforça a questão, há um novo perfil das universidades,
41. inserção de profissionais nas classes c,d, e e; a questão da gestão é importante, além
42. da tecnologia, como citado pela Conselheira Bianca; Conselheira Bianca pede
43. esclarecimento sobre a denominação oficinas de planejamento; outra coisa, não foi
44. chamada para a reunião de sexta. Presidente propõe que mais jovens façam
45. propostas de programas ( software ) que possam auxiliar no desempenho profissional
46. , ele é o coordenador do Fórum de Presidentes e gostaria de pautar isso, espera
47. sugestões; também concorda com a CEP na necessidade de abrir campo de trabalho
48. para jovens profissionais; quanto ao suporte para estes jovens profissionais propõe
49. fazer um programa pelo qual profissionais mais experientes poderiam doar uma hora
50. de consultoria (pensar como um programa, não está detalhado mas seria importante
51. detalhar) além dos tutoriais que Conselheira Vicente sugeriu. Conselheira Lucineia
52. destaca a questão da assistência aos profissionais; como é feito o atendimento nas
53. urgências, dirimir dúvidas frequentes para desenvolver o seu trabalho; o atendimento
54. hoje é bem raso; quando o profissional solicita, ele tem que esperar alguns dias para
55. resposta; expõe também a preocupação sobre a forma de obtenção de licenças
56. de programas de desenhos para arquitetura, e a legalidade do trabalho em si dos
57. Arquitetos. **Coordenadora da Comissão de Interior Tayane**: estão formulando um
58. questionário para as pessoas responderem, veem a importância da comissão no
59. Estado ; importância do CAU estar focado no interior; que a Comissão do interior tem
60. a ver com outras comissões como a de servidores, e a CEP; que as entidades
61. profissionais são muito importantes e é necessário aproximar-se delas; que fizeram
62. um levantamento das entidades do interior existentes , sendo que cada membro da
63. comissão será o interlocutor com o CAU, o contato será pelo conselheiro ; ainda a
64. Comissão espera que com a resposta a esse questionário possa traçar ações; destaca
65. que é notória a importância da comissão do interior no estado, permeia várias
66. comissões; já há aproximação com outras comissões. Conselheiro Davide referiu-se
67. à necessidade de regionais e tem dúvida de como será esse contato dos conselheiros
68. com as entidades. O Presidente sugere convênios com as entidades do interior para
69. ampliar a presença do CAU/RJ, na fiscalização, na orientação e divulgação. Gerente-
70. geral Ricardo prestou uma informação à Conselheira Tayane sobre experiência
71. interessante de interiorização de CAU no sul. Conselheiro Rodrigo Bertamé levantou
72. a questão dos arquitetos que trabalham nesses lugares, o maior problema é da
73. questão salarial. Pablo, propõe estudos de cases de sucesso, que a comissão
74. aprofunde para fazer convênios com as entidades mistas do interior. O Presidente
75. propõe que esta discussão vá até 18h30 e depois continuar na pauta, deixando para
76. a próxima plenária as outras comissões, o que foi acatado. **Coordenadora da**
77. **Comissão do Serviço Público, Conselheira** Coordenadora da Comissão do Serviço
78. Público, Angela Botelho. Apresenta o PLANO DE AÇÃO DA COMISSÃO
79. TEMPORÁRIA DO SETOR PÚBLICO para o ano de 2021. Entende que a Comissão
80. de Exercício Profissional e a Comissão do Interior têm que trabalhar juntas com esta
81. comissão; informa que há mais um membro na comissão, o Cons. Vicente Alvarenga,
82. servidor público da prefeitura de Alcântara; dentre as ações propostas, fazer um fórum
83. do setor público em agosto; criar um hotsite específico, será um canal direto com os
84. servidores públicos; elaborar um formulário para ser respondido por estes
85. profissionais; analisar os dados obtidos e então fazer o fórum do setor público, com a
86. CTI e CEP. Fazer ampla divulgação de quem são, quantos são, o que fazem os
87. arquitetos no serviço público. Conselheiro Luiz Damião lembrou que em 2014
88. CAU/MG desenvolveu sistema interessante que trazia o profissional como parceiro
89. para a fiscalização, CAU/MG Protagonista; o CAU/RJ adquiriu o direito em 2014, o
90. programa estava em teste, Cons. Luiz Damião lembrou que em 2014 CAU/MG
91. desenvolveu o primeiro sistema de apoio à fiscalização, através de um aplicativo que
92. permitia ao profissional encaminhar denúncias; o CAU/RJ adquiriu o direito ao uso
93. deste aplicativo, iniciou a fase de testes, mas a iniciativa foi abandonada nas gestões
94. seguintes. Cons. Lucas, o planejamento das comissões do setor público e interior
95. também têm a ver com CPU, propõe a realização de encontros regionais. O
96. Presidente pede para compatibilizar o questionário do setor público com o
97. questionário do interior .**6.2. Discussão sobre o Regimento Interno**. Conselheira
98. Leila e Lucas expuseram o trabalho da comissão do regimento interno. Conselheira
99. Leila falou da comissão formada no ano de 2019, como trabalhou, das reuniões que
100. foram realizadas mas interrompidas por causa do período eleitoral; ; que a premissa
101. foi seguir o roteiro do Manual do CAU BR, por isso muitos artigos do atual Regimento
102. Interno não foram suprimidos e sim foram trocados de lugar; que existe pouca
103. flexibilidade no manual para os CAU UF, mas que decidimos tentar pleitear no CAU
104. BR, certas alterações que acharmos importantes ; que o manual do CAUBR balizou a
105. construção da minuta; ela procurou a COA/CAUBR Cons. Lucas acha que todos têm
106. que ler a minuta antes das oficinas e reuniões abertas, para discutir as dúvidas,
107. socializa-las, antes da discussão ponto a ponto, e depois tem que haver um ajuste
108. para tornar todo o texto coerente. O Presidente informou que a presidenta Nadia
109. Somekh tem uma posição aberta, não impositiva, na discussão dos Regimentos
110. internos, e que neste sentido uma vez aprovado no CAU RJ o regimento; temos que
111. caminhar para homologar mas colocando nossas posições. Os colegas da COA/BR
112. têm que entender nossas razões. Propõe marcar datas em final de abril e em final de
113. maio, com a participação, principalmente dos conselheiros novos para começar a
114. discussão da proposta de Regimento interno Conselheira Paloma pergunta se é
115. possível uma sistematização do regimento para na hora da apresentação, fazer por
116. campos maiores e relacionando com questões impostas pelo regimento do BR. Cons.
117. Lucas informa que a discussão sobre regimento eleitoral e regimento interno são
118. processos paralelos. Por exemplo, tentamos incluir elementos do eleitoral no nosso
119. regimento, para aproximar os documentos; sobre o que afirmou a Conselheira
120. Paloma, a divisão do regimento é por capítulos, as pessoas têm que ler e trazer as
121. dúvidas. Cons. Damião sugere construir um texto em duas colunas, antes e depois.
122. Chefe de Gabinete propôs receber as dúvidas e ela sistematiza, com envio para o e-
123. mail dela. Presidente pediu uma inversão de pauta para poder julgar os processos.
124. Por unanimidade, não houve oposição à inversão da pauta. **6.4.1. Voto da**
125. **Conselheira Leila Marques** sobre recurso em processo n**. 2017-4-0379-(CEP)** (o
126. áudio para o público foi suspenso). O gerente de fiscalização, Rodrigo Abbade,
127. informou que todos os processos de exercício ilegal da profissão, após transitar em
128. julgado, são enviados ao Ministério Público. **Colocada em votação a proposta pela**

# improcedência do recurso e por conseguinte, manutenção do auto de infração.

1. Acompanhando a relatora, manifestaram-se os conselheiros com **18 votos**

# favoráveis, zero contrários, zero de abstenção. Proposta de Prorrogação da

1. **plenária até as 20h, colocada em votação, 15 votos favoráveis e 2 abstenções.**
2. **6.4.1. Relatora Cárin D´Ornellas- Processo 2017-3-0251.** Antes da conselheira
3. iniciar o relatório, o Conselheiro Luiz Damião pediu vista do processo que foi
4. concedida pelo Presidente. Presidente reviu sua decisão quanto à concessão de vista
5. ao Conselheiro Damião por não ser possível a concessão de vista antes da leitura do
6. relatório (art.31, incisos I e V e art.36 do Regimento Interno do CAU/RJ). Presidente
7. pediu para a Conselheira Cárin ler o seu parecer, para sanar o problema, mas a Cons.
8. solicitou adiamento, para a próxima plenária, pois precisa entrar em outra reunião. Foi
9. concedido o pedido à Conselheira **6.3. Situação dos processos com a retomada**
10. **dos prazos processuais suspensos durante a pandemia**. Presidente pediu
11. esclarecimentos ao Dr. João Balsini sobre essa questão; houve levantamento dos
12. processos, ativos 240 na CED, desses, 90 já tiveram deliberação plenária, na CED
13. propriamente, tem cerca 150 processos; esse número de 150 será ampliado porque
14. novos estão sendo relados; houve boa atuação da CED em 2020, julgados 93
15. processos. Dr João Balsini, manifestou que no prazo de três meses terá uma avaliação
16. mais precisa da demanda de processos a serem informados, neste sentido o
17. Presidente sugeriu levantamento do número de processos nessa data futura e
18. eventualmente fazer o treinamento de conselheiros para uma força tarefa em relação

# a processos. 7. Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral.

1. Conselheira Cárin informou sobre início da regulamentação do processo eleitoral e
2. indagou se haverá uma comissão para essa função. Presidente ponderou que não
3. tinha recebido até esta data nenhum oficio do CAU BR pautando esta discussão; pediu
4. à Conselheira para encaminhar para ele. Registrada a nota de pesar pela morte do
5. Engenheiro Sergio Abunamam. A reunião se encerrou às 20h15. **Eu, Marina Burges**

# Olmos, secretária da mesa, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e

1. **pelo Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. Rio de Janeiro, 13 de abril de**

306 **2021.**

307

308

309

310

311

PABLO CESAR BENETTI:717 94794700

Assinado de forma digital por PABLO CESAR BENETTI:7179479470 0

Dados: 2021.08.16

17:09:59 -03'00'

312

# Marina Burges Olmos Pablo Cesar Benetti

1. **Secretária-Geral da Mesa Presidente do CAU/RJ**
2. 315
3. 316